



DIÁRIO OFICIAL

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DE DOURADOS - FUNDADO EM 1999

ANO XXIII/Nº 5.734 - SUPLEMENTAR - - DOURADOS, MS - QUINTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2022 - 11 PÁGINAS

PODER EXECUTIVO

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO SEMS n. 047, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os integrantes da comissão de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Saúde COREMU/SEMS, de acordo com Art. 3º da Resolução 048 de 15 de setembro de 2022

FUNÇÃO	NOME
Coordenação COREMU	Elenita Sureke Abilio (titular)
	Lorraine Aparecida Pinto (suplente)
Gerência do Núcleo de Educação em Saúde	Josiane França Peralta Dan (titular)
	Gislaine Alexandra Lescano (suplente)
Coordenação Técnica de Planejamento	Márcia Cristina Pereira da Silva (titular)
	Urias Saturnino (suplente)
Cordenação da Rede de Atenção à Saúde	Mariana Faria Gonçalves (titular)
	Cíntia de Souza Neto (suplente)
Representante da Enfermagem	Sandro Menezes Ávalos
Representante da Odontologia	Humberto Candêo Fontanini
Representante da Nutrição	Kátia Gianlupi Lopes
Representante da Fisioterapia	Eliane Barbosa Togoe
Representante da Psicologia	Isabela Rocha Izidoro

Prefeito	Alan Aquino Guedes de Mendonça	3411-7664
Vice-Prefeito	Carlos Augusto Ferreira Moreira	3411-7665
Agência Municipal de Transportes e Trânsito de Dourados	Mariana de Souza Neto	3424-2005
Agência Municipal de Habitação e Interesse Social	Diego Zanoni Fontes	3411-7745
Assessoria de Comunicação e Cerimonial	Ginez Cesar Bertin Clemente	3411-7626
Chefe de Gabinete	Jessica Medeiros Silva	3411-7664
Fundação de Esportes de Dourados	Luis Arthur Spinola Castilho	3424-0363
Fundação Municipal de Saúde e Administração Hospitalar de Dourados	Waldno Pereira de Lucena Junior	3410-3000
Fundação de Serviços de Saúde de Dourados	Jairo José de Lima	3411-7731
Guarda Municipal	Liliane Grazielle Cespedes de Souza Nascimento	3424-2309
Instituto do Meio Ambiente de Dourados	Lauro Maymone Coelho Netto	3428-4970
Instituto de Previdência Social dos Serv. do Município de Dourados - Previd	Theodoro Huber Silva	3427-4040
Procuradoria Geral do Município	Paulo César Nunes da Silva	3411-7761
Secretaria Municipal de Administração	Vander Soares Matoso	3411-7105
Secretaria Municipal de Agricultura Familiar	Ademar Roque Zanatta	3411-7299
Secretaria Municipal de Assistência Social	Daniela Weiler Wagner Hall	3411-7710
Secretaria Municipal de Cultura	Francisco Marcos Rosseti Chamorro	3411-7709
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Cleriston Jose Recalcatti	3426-3672
Secretaria Municipal de Educação	Ana Paula Benitez Fernandes	3411-7158
Secretaria Municipal de Fazenda	Everson Leite Cordeiro	3411-7107
Secretaria Municipal de Governo e Gestão Estratégica	Wellington Henrique Rocha de Lima	3411-7672
Secretaria Municipal de Obras Públicas	Luis Gustavo Casarin	3411-7112
Secretaria Municipal de Planejamento	Romualdo Diniz Salgado Junior (Interino)	3411-7788
Secretaria Municipal de Saúde	Waldno Pereira de Lucena Junior	3410-5500
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Romualdo Diniz Salgado Junior	3424-3358
Controladoria Geral Do Município	Raphael da Silva Matos	3411-7760

Prefeitura Municipal de Dourados
Mato Grosso do Sul

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL

Rua Coronel Ponciano, 1.700

Parque dos Jequitibás - CEP: 79.839-900

Fone: (67) 3411-7150 / 3411-7626

E-mail: diariosegov@dourados.ms.gov.br

Visite o Diário Oficial na Internet:

<http://www.dourados.ms.gov.br>

RESOLUÇÕES

Representantes preceptores do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família - SEMS	Elizandra de Queiroz Venâncio (titular)
	Claudia Janayna Carollo(suplente)
Representantes dos tutores do Programa de Residência em Multiprofissional em Saúde da Família - SEMS	Pamela Luiza Araújo Gomes (Titular)
	Fábio Domingues (suplente)
Coordenação da Residência	Sandra de Souza Rodrigues (titular)
	Sandra Regina Imada Akimura (suplente)

DOURADOS/MS, ____ DE _____ DE 2022.

Waldno Pereira de Lucena Junior
Secretário Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO SEMS N. 048, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL OU UNIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – COREMU/SEMS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CAPITULO I – DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL OU UNIPROFISSIONAL EM SAÚDE - COREMU/SEMS.

Art. 1º A COREMU/SEMS é um órgão colegiado de deliberação coletiva, estando em conformidade com a Lei nº 11.129, de 2005, com a Portaria Interministerial Ministério da Educação (MEC)/ Ministério da Saúde (MS) nº 1.077, de 2009, e suas alterações, com as resoluções da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Saúde (CNRMS)

Art. 2º Compete à COREMU/SEMS, de acordo com a resolução n. de 15 de setembro de 2022/ CNRMS: I - Coordenação, organização, articulação, supervisão, avaliação e acompanhamento de todos os Programas de Residência em área profissional da saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional. II - Acompanhamento do plano de avaliação de desempenho dos profissionais de saúde residentes e dos preceptores vinculados ao Programa. III - Definição de diretrizes, elaboração de editais e condução do processo seletivo de candidatas residentes e preceptores.

Art. 3º A COREMU/SEMS será constituída por: I - Coordenador e Vice Coordenador; II - Coordenador e Vice Coordenador do(s) Programa(s) de Residência; III - Um representante de cada categoria profissional, com vínculo efetivo junto a SEMS; IV - Um representante e suplente dos Tutores vinculados a cada Programa de Residência da SEMS; V - Um representante e suplente dos Preceptores vinculados a cada Programa de Residência da SEMS; VI - Um representante e suplente dos Residentes vinculados a cada Programa de Residência da SEMS; VII - Um representante e suplente da Gerência de Educação em Saúde; VIII - Um representante e suplente da Coordenação Técnica de Planejamento; IX - Membro da Coordenadoria da Rede de Atenção à Saúde; X - Um representante e suplente de cada instituição parceira.

Art. 4º Os representantes dos incisos I, VII, VIII, IX do Art. 3º, desta Resolução serão servidores do quadro da SEMS, designados por Resolução do Secretário Municipal de Saúde. I - O coordenador e vice coordenador da COREMU/SEMS, serão designados pelo secretário, após eleição entre seus membros. II - Coordenador e vice coordenador do(s) programa(s) de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional da SEMS serão designados pelo Secretário.

Art. 5º Os representantes dos incisos III, IV, V, VI e X do Art. 6º, desta Resolução deverão ser eleitos por seus respectivos pares e terão direito à voz e voto.

Art. 6º Os representantes do inciso II poderão ser indicados pelas instituições parceiras e/ou pela SEMS, nos casos dos Programas executados em parcerias nos casos dos programas executados pela secretaria, os representantes são indicados pela Gerência de Educação Permanente e área técnica, designados pelo secretário e deverão participar do Comitê local do COAPES.

Art. 7º O membro suplente atuará nas faltas e impedimentos do titular. Os membros suplentes poderão participar das reuniões concomitantemente com a presença dos titulares, com direito à voz. Na ausência do titular com direito à voto.

Art. 8º Do mandato dos membros: I - A Coordenação, Vice Coordenação da COREMU/SEMS, os Coordenadores, Vice Coordenadores de Programas e representantes dos Tutores e Preceptores, os representantes dos gestores locais e das Instituições parceiras terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitido uma recondução; II - Os residentes elegerão, anualmente, seus representantes. Recomenda-se que o R2 seja eleito como representante titular e a suplência seja exercida por R1. É permitido a recondução apenas 01 (uma) vez.

Art. 9º A COREMU/SEMS reunir-se-á bimestralmente de acordo com calendário aprovado na primeira reunião do ano.

Art. 10º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas em qualquer data, pelo Coordenador ou por solicitação de qualquer representante da COREMU/SEMS, por meio de correio eletrônico, com anuência da maioria absoluta dos seus membros, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Art. 11º O prazo para convocações poderá ser reduzido, a juízo da Coordenação, em se tratando de matéria a ser apreciada em regime de urgência, caso em que a pauta poderá ser comunicada verbalmente e por meio eletrônico, aos membros da COREMU/SEMS.

Art. 12º A reunião iniciar-se-á em primeira chamada em horário pré-estabelecido, com a presença da maioria absoluta dos seus membros, ou após quinze minutos, em segunda chamada, com o quórum presente.

Art. 13º Poderão participar ainda como convidados na COREMU/SEMS trabalhadores da SEMS e Instituições parceiras, com direito a voz.

Art. 14º Perderá o mandato o membro representante que, sem causa aceita como justa pela COREMU/SEMS, faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas.

Art. 15º As decisões serão tomadas em reunião da COREMU/SEMS por votação pelo sistema de maioria simples, com o quórum presente. Será redigida ata correspondente à reunião, a qual deverá ser aprovada na reunião subsequente e, posteriormente, disponibilizada por e-mail aos participantes, sob responsabilidade da Secretaria

Art. 16º É competência da COREMU/SEMS:

- I - Fazer cumprir este Regimento;
- II - Eleger, dentre os membros, o Coordenador e o Vice-Coordenador da COREMU/SEMS;

RESOLUÇÕES

- III - Zelar pela manutenção da qualidade dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS;
- IV - Avaliar periodicamente os Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS, a fim de apreciar as alterações nos projetos político pedagógicos;
- V - Avaliar as propostas de inclusão de outras categorias profissionais ou novos programas, sugerindo as modificações necessárias para adequá-los aos padrões de ensino das Instituições e à legislação vigente, ou mesmo, extinguir Programas ou áreas profissionais, com posterior encaminhamento à CNRMS;
- VI - Aprovar e solicitar credenciamento e reconhecimentos de Programas junto à CNRMS;
- VII - Supervisionar a implantação e execução dos novos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS;
- VIII - Empreender esforços para garantir a execução dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS;
- IX - Definir as diretrizes gerais dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS;
- X - Aprovar editais e acompanhar o Processo Seletivo dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS;
- XI - Aprovar as normas gerais dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional e Área Profissional da Saúde da SEMS;
- XII - Decidir as questões referentes à matrícula e dispensa de disciplina; transferência e aproveitamento de créditos, trancamento parcial ou total de matrícula, representações, licenças médicas e recursos impetrados;

Art. 17º É de responsabilidade do Coordenador da COREMU/SEMS:

- I - Convocar as reuniões da COREMU/SEMS presidindo-as;
- II - Cumprir e fazer cumprir o Regimento e as deliberações da COREMU/SEMS;
- III - Coordenar a execução das atividades da COREMU/SEMS;
- IV - Representar a COREMU/SEMS junto a CNRMS/MEC, ao Ministério da Saúde e em órgãos competentes da SEMS;
- V - Acompanhar a elaboração dos calendários dos Programas, submetendo-os à aprovação da COREMU/SEMS;
- VI - Supervisionar as atividades da Secretaria da COREMU/SEMS;
- VII - Responder e atuar como principal autoridade executiva e administrativa da COREMU/SEMS;
- VIII - Manter informações atualizadas dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS junto à CNRMS, assim como informar sobre intercorrências que interfiram no andamento dos mesmos;
- IX - Responsabilizar-se por toda a comunicação e tramitação de processos junto à CNRMS;
- X - Encaminhar solicitação de ampliação ou alteração dos Programas à CNRMS que, após análise e deliberação, dará sequência ao processo;
- XI - Coordenar o processo de avaliação dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS;
- XII - Coordenar e acompanhar o processo Institucional de pagamento de bolsas;
- XIII - Mediar as negociações interinstitucionais para viabilização de ações conjuntas de gestão, educação, pesquisa e extensão;
- Art. 18º Cabe à Secretaria Municipal de Saúde prover condições de infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos para instalação e funcionamento da COREMU/SEMS.

CAPITULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 19º O presente Regimento somente poderá ser alterado mediante proposta aprovada por maioria absoluta dos membros da COREMU/SEMS.
- Art. 20º Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela COREMU/SEMS, ouvida a Coordenação do(s) Programa(s) e o Núcleo Docente Assistencial Estruturante (NDAE).
- Art. 21º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOURADOS-MS, 15 DE SETEMBRO DE 2022.

WALDNO PEREIRA DE LUCENA JUNIOR
Secretário Municipal De Saúde

RESOLUÇÃO SEMS 49 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022**DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO(S) PROGRAMA(S) DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E UNIPROFISSIONAL EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS-MS**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CAPITULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este regimento objetiva orientar e disciplinar o funcionamento dos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, com base nas normativas da Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde (CNRMS) e ficará administrativamente vinculada à Gerência do Núcleo de Educação em Saúde - NES/SEMS.

Art. 2º As Residências Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde constituem-se em ensino de Pós-Graduação Lato Sensu, destinada a categorias profissionais da área de saúde sob a forma de especialização, caracterizado por ensino em serviço, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, conforme diretrizes dos Ministérios da Saúde e da Educação.

§ 1º A Residência Multiprofissional ou Uniprofissional será desenvolvida pela SEMS e/ ou instituição promotora parceira, com a participação de gestores locais, serviços de saúde, em áreas justificadas pela realidade local, considerando o modelo de gestão, a realidade epidemiológica, a composição das equipes de trabalho, a capacidade técnico assistencial, as necessidades locais e regionais e o compromisso com os eixos norteadores das Residências Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde.

§ 2º As Residências Multiprofissional e Uniprofissional poderão ser constituídas pela articulação entre as seguintes categorias profissionais da área da saúde: Biomedicina, Biologia, Enfermagem, Educação Física, Farmácia Bioquímica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

§ 3º Os Programas Multiprofissionais devem ser constituídos por, no mínimo, 03 (três) categorias profissionais da área da saúde.

Art. 3º A Residência Multiprofissional ou Uniprofissional deverá ser devidamente credenciada pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).

CAPITULO II DA ESTRUTURA DOS PROGRAMAS

Art. 4º Cada Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da saúde da SEMS constituirá uma estrutura interna de funcionamento, a qual deverá ser encaminhada à COREMU/SEMS para aprovação.

RESOLUÇÕES

Art. 5º Cada Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional será constituída por:

- I - Coordenador e Vice Coordenador do Programa;
- II - Tutores;
- III - Preceptores;
- IV - Docentes;
- V - Residentes.
- VI - Coordenadores de campo. Parágrafo único – Coordenadores de campo serão recomendados conforme a necessidade do Programa.

Art. 6º A função de Coordenador de Programa de Residência deverá ser exercida:

- I - Por um servidor docente da SEMS, quando o Programa for proposto e executado pela SEMS;
- II - Por um servidor docente da SEMS e/ou de Instituição parceira, quando o programa for proposto e executado em parceria;
- III - Quando o Programa for proposto e executado pela Instituição parceira, a indicação da Coordenação caberá à instituição proponente.

Art. 7º A titulação exigida para a função de Coordenador, Docente e o Tutor de Programa é de, no mínimo Mestre.

Art. 8º A titulação exigida para a função de preceptor deverá ser no mínimo, de especialista compatível com o Programa proposto e experiência comprovada em serviço.

Art. 9º Os Tutores e Docentes ingressarão no Programa de Residência mediante análise de currículos pelo Coordenador de Programa da Residência.

Art. 10. Cada Programa deverá ter Normas de funcionamento, que deverão ser aprovadas pela COREMU/SEMS.

Art. 11. A Organização da Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Os Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS serão desenvolvidos em suas dependências e em Instituições via COAPES ou Termo de Cooperação Mútua, durante um período mínimo de dois anos, com carga horária mínima total de 5.760 horas, sem qualquer vínculo empregatício, em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva.

Art. 12 Cabe à SEMS e Instituições parceiras proverem condições de infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos para a instalação e o funcionamento dos Programas.

Art. 13 Compete, obrigatoriamente, a todos os Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS, encaminharem à Coordenação da COREMU/SEMS, pelos seus respectivos Coordenadores, anualmente, a programação específica onde constem as atividades teóricas, práticas e teórico-práticas de todas as categorias profissionais e nas diferentes áreas de concentração, residentes designados pelos símbolos R1, R2 e R3, dependendo da duração destes programas, respectivamente, àqueles regularmente matriculados no primeiro, segundo e terceiro ano do Programa de Residência.

Art. 15 Os Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional respeitarão a carga horária máxima de 60 (sessenta) horas semanais, totalizando 5.760 horas, sendo 80% desta, 4608 (quatro mil seiscentos e oito) horas, voltada às atividades práticas e teórico-práticas (modalidade treinamento em serviço) e 20%, 1.152 (um mil cento e cinquenta e duas) horas, destinadas às atividades teóricas, prevendo, ainda, um máximo de 12 horas semanais de plantão, quando da necessidade do serviço.

Art. 16 Após o plantão noturno, caso ocorra, o residente deverá cumprir descanso obrigatório de 6 (seis) horas consecutivas. Parágrafo Único: O descanso obrigatório terá seu início imediatamente após o cumprimento do plantão noturno.

Art. 17 A jornada de trabalho será definida de acordo com escala previamente estabelecida pelos preceptores e gestores locais, com horário de almoço determinado por cada Programa. O residente terá direito a um dia de folga semanal, conforme versa a Legislação Nacional, designado por cada Programa.

Art. 18 A adesão de novas categorias profissionais aos Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS fica subordinada à aprovação em reunião da COREMU/SEMS, conforme interesse dos Programas.

Art. 19 Não serão aceitos Projetos de criação de novos Programas de Residência sem aprovação da COREMU/SEMS e atenção a legislação.

Art. 20 Cada Programa deverá constituir um Núcleo Docente Assistencial Estruturante (NDAE), com representação das áreas profissionais que o compõe. Cada representante deve ser eleito por seus pares, devendo o Coordenador do Programa encaminhar à COREMU/SEMS o registro da ata da reunião de posse dos membros do Núcleo.

Art. 21 O NDAE de cada Programa é constituído pelo Coordenador do Programa, por representantes de docentes, de tutores e de preceptores de cada área de concentração, com as seguintes funções conforme estabelecido pela Resolução Nº 2, de 13 de abril de 2012 da CNRMS/MEC.

Art. 22 São funções do NDAE:

- I - Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no Regimento da COREMU/SEMS;
- II - Elaborar as normas gerais internas dos Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde e submetê-lo a aprovação da COREMU/SEMS;
- III - Acompanhar a execução do projeto político pedagógico, propondo ajustes e mudanças, quando necessários, à Coordenação do Programa;
- IV - Assessorar a Coordenação do Programa no processo de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das ações teóricas, teórico-práticas e práticas inerentes ao desenvolvimento do Programa, propondo ajustes e mudanças quando necessários;
- V - Planejar a programação de capacitações dos residentes, bem como sua revisão periódica;
- VI - A partir da indicação de representante(s) da(s) categoria(s) profissional(ais), convidar para integrar o Programa de Residência preceptores, tutores ou docente com comprovada competência técnica e experiência profissional, assim como princípios éticos indiscutíveis;

RESOLUÇÕES

VII - Após consulta ao(s) representante(s) da(s) categoria(s) profissional(ais), excluir do Programa de Residência, preceptores, tutores ou docentes convidados, que não estejam cumprindo os propósitos que o levaram a ingressar no Programa;

VIII - Estabelecer os critérios para seleção dos candidatos a residentes pelos Programas de Residência em área Profissional da Saúde e apresentar o resultado a COREMU/SEMS;

IX - Indicar a Comissão do Processo Seletivo e acompanhar a seleção dos candidatos a residentes do Programa de Residência;

X - Elaborar os critérios e realizar a avaliação do Programa de Residência e posteriormente, apresentar o resultado a COREMU/SEMS;

XI - Elaborar os critérios da avaliação dos residentes e posteriormente, apresentar o resultado a COREMU/SEMS;

XII - Aprovar o calendário das férias dos residentes, em comum acordo com os serviços nos quais as atividades teóricas e práticas são realizadas, respectivamente;

XIII - Elaborar o currículo do curso, com indicação de pré-requisito(s) e de número de créditos correspondentes a cada uma das atividades acadêmicas que o compõem, para aprovação da COREMU/SEMS;

XIV - Decidir as questões referentes à matrícula, alteração dentro do Programa, transferências, trancamentos, representações e recursos impetrados;

XV - Aprovar os pedidos de licença para afastamento, licença saúde dos residentes; obedecendo aos critérios da CNRMS;

XVI - Intervir e mediar situações pedagógicas que não estejam no escopo de atribuições de preceptores e tutores ou que os envolvam, buscando a garantia da formação do residente;

XVII - Tomar ciência e providência em relação às Resoluções, Portarias e Despachos orientadores publicados pela CNRMS;

XVIII - Promover a institucionalização de novos processos de gestão, atenção e formação em saúde, visando ao fortalecimento ou construção de ações integradas na(s) respectiva(s) área(s) de concentração, entre equipe, entre serviços e nas redes de atenção à saúde do SUS;

XIX - Estruturar e desenvolver grupos de estudo e de pesquisa, que fomentem a produção de projetos de pesquisa e projetos de intervenção voltados à produção de conhecimento e de tecnologias que integrem ensino e serviço, para a qualificação do SUS.

CAPITULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO PROGRAMA, TUTORES E PRECEPTORES.

Art. 23 Cada Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional contará com um Coordenador, uma equipe de Tutores e uma equipe de Preceptores.

Art. 24 O Coordenador do Programa deverá estar vinculado ao respectivo Programa de Residência, homologado pela COREMU/SEMS e designado pelo Secretário Municipal de Saúde, para um mandato de um ano, podendo ser reconduzido pelo mesmo período.

Art. 25 Os Tutores serão servidores efetivos e/ou temporários da SEMS e de Instituições parceiras, vinculados ao respectivo Programa de Residência.

Art. 26 Os Preceptores serão profissionais, com titulação mínima de especialista, compatível com o Programa proposto, vinculados à SEMS, respeitando os pré-requisitos de cada Programa.

Art. 27 O preceptor de núcleo deverá, necessariamente, ser da mesma categoria profissional do residente sob sua supervisão, estando presente no cenário de prática.

Art. 28 A supervisão de preceptor de mesma categoria profissional, mencionada no Art. anterior, não se aplica a Programas, áreas de concentração ou estágios voltados às atividades que podem ser desempenhadas por quaisquer profissionais da saúde habilitados na área de atuação específica, como por exemplo: gestão, saúde coletiva, saúde pública, saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica, ambiental ou sanitária, entre outras.

Art. 29 São atribuições do Coordenador do Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS:

I - Representar o Programa na COREMU/SEMS e fazer cumprir as deliberações da COREMU/SEMS;

II - Elaborar o calendário do Programa, submetendo-o à aprovação da COREMU/SEMS;

III - Convocar e presidir as reuniões do Núcleo Docente Assistencial Estruturante (NDAE);

IV - Coordenar a equipe responsável pela elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico do Programa (PPP);

V - Coordenar as atividades de preceptores e tutores vinculados ao seu Programa;

VI - Manter atualizados os dados de frequência, avaliações e notas dos residentes e preceptores no sistema da SEMS;

VII - Encaminhar à COREMU/SEMS, em caso de desistência de residente, o nome e o ano em que este está matriculado, para que possam ser tomadas as medidas administrativas cabíveis ao caso;

VIII - Propor ao NDAE a criação de novas disciplinas, com respectivas ementas, programas e carga horária, assim como zelar pelo cumprimento da programação estabelecida;

IX - Manter informações atualizadas de seu Programa junto à Secretaria da COREMU/SEMS, assim como informar sobre intercorrências que interfiram no andamento do Programa;

X - Zelar pelo comportamento ético dos tutores, preceptores e residentes sob sua responsabilidade;

XI - Responsabilizar-se pela elaboração e encaminhamento do cronograma anual de atividades práticas e teóricas do R1, R2 e R3;

XII - Elaborar a pauta e convocar reuniões, de acordo com o Regimento do Programa;

XIII - Participar de todo o processo de seleção de residentes e preceptores do Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS;

XIV - Manter reuniões sistemáticas com os respectivos representantes das categorias profissionais envolvidas em seu Programa;

XV - Encaminhar solicitação de ampliação e/ou alteração dos Programas à COREMU/SEMS que, após análise e deliberação, dará sequência ao processo;

XVI - Encaminhar à COREMU/SEMS a indicação dos membros que integrarão a Comissão de Seleção de candidatos à Residência;

XVII - Encaminhar à COREMU/SEMS, na primeira quinzena do mês de novembro do ano corrente, a indicação de permanência e/ou substituição de Tutor(es) e Preceptor(es) para o ano letivo subsequente;

XVIII - Delegar competência para a execução de tarefas específicas;

XIX - Decidir “ad referendum” para assuntos urgentes da competência do NDAE.

XIX – Proceder com a formalização do processo avaliativo dos preceptores vinculados ao Programa, com periodicidade máxima semestral.

Art. 30 Durante os períodos de afastamento do Coordenador, seu vice assumirá.

Art. 31 São atribuições do Tutor:

RESOLUÇÕES

I - Implementar estratégias pedagógicas que integrem saberes e práticas, promovendo a articulação ensino-serviço, de modo a proporcionar a aquisição das competências previstas no PPP do Programa, realizando encontros periódicos com preceptores e residentes com frequência mínima mensal, contemplando todas as áreas envolvidas no Programa;

II - Participar de reuniões periódicas para implementação e avaliação do PPP;

III - Participar do planejamento e implementação das atividades de educação permanente em saúde para os residentes e preceptores;

IV - Planejar e implementar, junto aos preceptores, equipe de saúde, docentes e residentes, ações voltadas à qualificação dos serviços e desenvolvimento de novas tecnologias para atenção e gestão em saúde;

V - Articular a integração dos preceptores e residentes com os respectivos pares de outros Programas, incluindo da Residência Médica, bem como com estudantes dos diferentes níveis de formação profissional na saúde;

VI - Participar do processo de avaliação dos residentes;

VII - Orientar e avaliar os trabalhos de conclusão de residência - TCR, conforme as regras estabelecidas em cada no Programa de Residência.

Art. 32 São atribuições do Preceptor:

I - Supervisionar diretamente as atividades práticas realizadas pelos residentes, nos serviços de saúde onde se desenvolve o Programa e/ou em campos de prática estratégicos, estruturados e geridos pela SEMS;

II - Exercer a função de orientador de referência para o(s) residente(s) no desempenho das atividades práticas, de campo e núcleo do saber, vivenciadas no cotidiano da atenção e gestão em saúde e alinhadas a cada Programa;

III - Orientar e acompanhar o desenvolvimento do plano de atividades teórico-práticas e práticas do residente, devendo observar as diretrizes do PPP vigente;

IV - Participar juntamente com a Coordenação da elaboração das escalas de semana padrão, plantões (quando houver) e de férias dos residentes, acompanhando sua execução;

V - Facilitar a integração do(s) residente(s) com a equipe de saúde, usuários (indivíduos, família e grupos), residentes de outros Programas, bem como com estudantes dos diferentes níveis de formação profissional na saúde que atuam no campo de prática;

VI - Participar, junto com o(s) residente(s) e demais profissionais envolvidos no programa, das atividades de pesquisa e dos projetos de intervenção voltados à produção de conhecimento e de tecnologias que integrem ensino e serviço para qualificação do SUS;

VII - Identificar dificuldades e problemas de qualificação do(s) residente(s), relacionados ao desenvolvimento de atividades práticas, de modo a proporcionar a aquisição das competências previstas no PPP do Programa, encaminhando-as ao(s) Coordenador(es), quando se fizer necessário;

VIII - Participar da elaboração de relatórios periódicos desenvolvidos pelo(s) residente(s) sob sua supervisão;

IX - Proceder, em conjunto com tutores, com a formalização do processo avaliativo do residente, com periodicidade máxima bimestral, de acordo com cada Programa;

X - Participar da avaliação da implementação do PPP do Programa, contribuindo para o seu aprimoramento.

CAPITULO IV DOS RESIDENTES

Art. 33 O profissional de saúde que ingressar em Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS receberá a denominação de residente, e terá como atribuições:

I - Conhecer o PPP do Programa para o qual ingressou, atuando de acordo com as suas diretrizes orientadoras;

II - Empenhar-se como articulador participativo na criação e implementação de alternativas estratégicas inovadoras no campo da atenção e gestão em saúde, imprescindíveis para as mudanças necessárias à consolidação do SUS;

III - Ser corresponsável pelo processo de formação e integração ensino-serviço;

IV - Dedicar-se exclusivamente ao Programa, cumprindo a carga horária de 60 (sessenta) horas semanais;

V - Conduzir-se com comportamento ético perante a comunidade e usuários envolvidos no exercício de suas funções, bem como perante o corpo docente, corpo discente e técnico-administrativo das instituições que desenvolvem o Programa;

VI - Comparecer com pontualidade e assiduidade às atividades da Residência;

VII - Articular-se com os representantes dos profissionais de saúde residentes na COREMU/SEMS;

VIII - Integrar-se às diversas categorias profissionais no respectivo campo, bem como com alunos da educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação na área da saúde;

IX - Integrar-se à equipe dos serviços de saúde e à comunidade nos cenários de prática;

X - Buscar a articulação com outros Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS, e também com os Programas de Residência Médica;

XI - Zelar pelo patrimônio institucional e público;

XII - Participar de comissões ou reuniões, sempre que for solicitado;

XIII - Manter-se atualizado sobre a regulamentação relacionada à Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS;

XIV - Participar da avaliação do PPP do Programa, contribuindo para o seu aprimoramento.

CAPITULO V - DO ACESSO AOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA

Art. 34 A seleção e admissão de residentes junto aos Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS far-se-á através de processo seletivo organizado pela COREMU/SEMS, Coordenação dos Programas, Secretaria Acadêmica da Gerência de Educação em Saúde e Coordenadoria de Responsabilidade Técnica.

Parágrafo Único: O processo seletivo será regulamentado por Edital previamente publicado.

Art. 35 O Edital, aprovado pelo NDAE e pela COREMU/SEMS, deverá conter:

I - O período de inscrição;

II - A modalidade presencial ou a distância do exame de seleção;

III - Documentação exigida;

IV - O valor da taxa de inscrição;

V - Os requisitos necessários à inscrição;

VI - A data de realização do exame de seleção;

RESOLUÇÕES

- VII - As etapas e os critérios de seleção;
- VIII - O número de vagas ofertadas;
- IX - O semestre de ingresso.

Art. 36 Para ser admitido como estudante regular do Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS, o candidato deverá satisfazer as seguintes exigências:

- I - Ter concluído curso de graduação;
- II - Ser aprovado em exame de seleção específico;

Art. 37 Para ingressar ao Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS, o residente deverá:

- I - Estar inscrito no Conselho de Classe do estado de Mato Grosso do Sul, correspondente à sua categoria profissional;
- II - Apresentar diploma profissional devidamente registrado no respectivo Conselho;
- III - Se estrangeiro, apresentar cédula de Identidade de Estrangeiro que comprove ser portador de visto provisório ou permanente, resultando em situação regular no país;

Art. 38 A declaração de conclusão do curso será aceita, a título provisório, para fins de matrícula do candidato. No entanto, o diploma e o registro em seu respectivo Conselho deverão ser apresentados pelo residente durante os seis primeiros meses do ano letivo do Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS.

Art. 39 Na hipótese de candidato que tenha concluído o curso de graduação em Instituição de Ensino Superior estrangeira, somente será deferida sua matrícula no Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS mediante apresentação do diploma, devidamente revalidado por Instituição competente.

Art. 40 Poderão ingressar no Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS, os profissionais de saúde graduados por Instituições oficiais ou reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação ou em Instituições de Ensino Superior estrangeiras, desde que o diploma esteja devidamente validado.

Art. 41 A COREMU/SEMS preencherá as vagas que porventura surgirem posteriormente, convocando os candidatos, por ordem de classificação, conforme o prazo estabelecido pela SEMS.

- § 1º Os candidatos aprovados terão prazo para efetuar a matrícula, conforme o edital;
 - § 2º Vencido o prazo acima, serão convocados os candidatos por ordem de classificação;
 - § 3º Situações especiais serão estudadas pela COREMU/SEMS.
- CAPITULO VI- DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO

Art. 42 Os residentes serão avaliados pelo desenvolvimento das atividades teóricas, teórico-práticas e práticas, conforme estabelecido no PPP de cada Programa de Residência.

Art. 43 O processo de avaliação da aprendizagem de cada Programa de Residência contemplará preceptores, tutores e docentes, conforme estabelecido no PPP.

Art. 44 A nota de aproveitamento para aprovação nas atividades dos Programas deve obedecer aos seguintes conceitos: I - "A" Excelente (9,0 a 10); II - "B" Bom (8,9 a 7,5); III - "C" Regular (7,4 a 6,0); IV - "D" Insuficiente (Igual ou inferior a 5,9);

Art. 45 O residente que obtiver conceito "D" mais de uma vez, em uma mesma disciplina ou Unidade de Aprendizagem, será desligado do Programa.

Art. 46 Os critérios e os resultados de cada avaliação deverão ser comunicados ao residente.

Art. 47 Caberá aos Programas disponibilizarem meios para a publicação das notas dos residentes.

Art. 48 Ao residente com aproveitamento insatisfatório na avaliação das atividades práticas e teórico-práticas, serão oportunizados feedbacks constantes e estratégias para o seu desenvolvimento para posterior avaliação em data estabelecida pela Coordenação do Programa. Caso haja insuficiência na segunda avaliação, o residente poderá ser desligado mediante apreciação do NDAE.

Art. 49 A frequência dos residentes será controlada de acordo com as normas estabelecidas pelos Programas, devendo os mesmos frequentarem 100% das atividades práticas e, pelo menos, 85% das atividades teóricas.

Art. 50 Não será permitida a reposição das faltas no período de folga semanal e férias.

Art. 51 A promoção do residente para o ano seguinte e a obtenção do certificado de conclusão do Programa da Residência tem como critérios:

- I - Nota de aproveitamento para aprovação nas atividades teóricas (incluindo TCR), práticas e teórico-práticas igual ou superior a 6,0 (seis);
- II - Ter no mínimo 85% de presença nas atividades teóricas, conforme Resolução nº 5 de 07/11/2014 da CNRMS;
- III - Ter 100% de presença nas atividades práticas, com cumprimento integral da carga horária exclusivamente prática do Programa, conforme Resolução nº 5 de 07/11/2014 da CNRMS;

IV - Para a conclusão efetiva da Residência, faz-se necessária a entrega da versão final do TCR, com a inclusão de correções e sugestões da banca examinadora.

Art. 52 O não cumprimento desses critérios será motivo de reprovação do residente no Programa, tendo como desdobramento o seu desligamento.

RESOLUÇÕES

Art. 53 Ao término da Residência, a COREMU/SEMS, mediante lista de aprovação de cada um dos Programas, conferirá o certificado de conclusão expedido pela SEMS.

CAPITULO VIII- DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 54 O residente estará sujeito as penas de advertência, suspensão e desligamento.

Parágrafo Primeiro: Na aplicação de quaisquer das penas disciplinares previstas neste artigo deverão ser observadas as normas estabelecidas pelo Regimento Geral da SEMS.

Parágrafo segundo. Os preceptores, vinculados a cada Programa, estarão sujeitos a sanções disciplinares, de acordo com sua avaliação e o PPP de cada Programa.

Art. 55 Sempre que houver infrações às normas, bem como ao Regimento da COREMU/SEMS e ao Código de Ética Profissional, os residentes estarão sujeitos às seguintes penas disciplinares:

- I – Advertência;
- II - Suspensão;
- III - Desligamento.

Art. 56 A penalidade de Advertência será aplicada ao residente que:

- I - Faltar sem justificativa cabível nas atividades práticas e teórico práticas;
- II - Desrespeitar o Código de Ética Profissional;
- III - Não cumprir tarefas designadas;
- IV - Realizar agressões verbais a residentes, preceptores, funcionários, usuários, docentes, Coordenação e/ou outros;
- V - Assumir atitudes e praticar atos que desconsiderem os usuários e familiares ou desrespeitem preceitos de ética profissional e do regulamento da Instituição;
- VI - Faltar aos princípios de cordialidade para com os funcionários, colegas ou superiores;
- VII - Usar de maneira inadequada instalações, materiais e outros pertences da Instituição;
- VIII - Ausentar-se das atividades sem ordem prévia dos superiores.

Art. 57 A penalidade de Suspensão será aplicada ao residente por:

- I – Reincidência e/ou o não cumprimento de tarefas designadas;
- II - Reincidência por ausência nas atividades práticas, sem justificativa cabível;
- III - Desrespeito ao Código de Ética Profissional;
- IV - Ausência não justificada das atividades do Programa por período superior a 24 horas;
- V - Faltas frequentes que comprometam severamente o andamento do Programa de Residência ou prejudiquem o funcionamento do serviço;

Art. 58 A penalidade de Desligamento será aplicada ao residente que:

- I - Reincidir em falta com pena máxima de suspensão.
- II - Não comparecer às atividades do Programa de Residência, sem justificativa, por 03 (três) dias consecutivos ou 15 (quinze) dias intercalados, no período de até seis meses;
- III - Fraudar ou prestar informações falsas na inscrição; neste caso, além do desligamento, o residente sofrerá as sanções disciplinares previstas no Regimento Geral da SEMS e nos Códigos Civil e Penal brasileiros, devendo ressarcir à União os valores pagos como a bolsa;
- VI - Agressões físicas entre funcionários, residentes, preceptores, docentes, Coordenação, usuários ou quaisquer outros indivíduos.

Art. 59 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público e as circunstâncias agravantes.

Art. 60 São circunstâncias agravantes para a pena:

- I - Reincidência;
- II - Ação premeditada;
- III - Alegação de desconhecimento das normas do serviço;
- IV - Alegação de desconhecimento do Regimento da COREMU/SEMS e das diretrizes e normas dos Programas de Residência da Instituição, bem como do Código de Ética Profissional.

Art. 61 A pena de advertência será aplicada pelo Coordenador do Programa de Residência, devendo ser homologada pela COREMU/SEMS e registrada após ciência do residente.

Art. 62 A pena de suspensão será apreciada e decidida por reunião da COREMU/SEMS e aplicada pela Coordenação do Programa e/ou COREMU/SEMS. Ao residente envolvido é assegurado pleno direito de defesa, por escrito.

Art. 63 Será assegurado ao residente punido com suspensão o direito a recurso ao Coordenador da COREMU/SEMS, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, computados a partir da data em que for cientificado, devendo-se o mesmo ser julgado em até sete dias úteis após o recebimento, impreterivelmente.

Art. 64 O cumprimento da suspensão terá início a partir do término do prazo para recurso ou da data da ciência da decisão do mesmo, conforme o caso.

Art. 65 A aplicação da pena de desligamento será precedida de reunião determinada pela COREMU/SEMS, assegurando-se ampla defesa ao residente, com participação do Coordenador do Programa.

Art. 66 As transgressões disciplinares serão comunicadas à COREMU/SEMS, à qual caberão as providências pertinentes.

RESOLUÇÕES

Art. 67 Todas as ocorrências deverão ser comunicadas por escrito ao Coordenador do Programa, o qual as encaminhará à COREMU/SEMS para ciência, avaliação e deliberação.

Art. 68 Nos casos de penalidade de desligamento, caberá a análise pela subcomissão de apuração designada pela COREMU/SEMS.

Art. 69 A subcomissão de apuração será composta pelo Coordenador do Programa, três Tutores e/ou Preceptores, garantindo-se dois deles externos ao Programa, e o representante dos residentes (desde que não seja ele o envolvido), indicados em reunião designada para esta finalidade, assegurando ampla defesa e acompanhamento do processo pelo interessado.

Art. 70 O prazo para apuração dos fatos, sua divulgação e medidas pertinentes é de 15 (quinze) dias corridos, excepcionalmente prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, por decisão do Coordenador da COREMU/SEMS.

Parágrafo Único: O residente poderá recorrer da decisão à COREMU/SEMS.

CAPÍTULO VIII - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE RESIDÊNCIA

Art. 71 Ao final do Programa o residente deverá apresentar, individualmente ou em grupo de até três residentes (a depender do PPP de cada Programa), o Trabalho de Conclusão de Residência- TCR, consoante com a realidade do serviço em que se oferta o Programa, sob orientação do tutor, coerente com o perfil de competências estabelecido pela COREMU/SEMS, conforme segue:

I - O TCR deverá ser elaborado e apresentado conforme o PPP de cada Programa. A avaliação do TCR deverá ser realizada presencialmente ou em formato virtual, a depender da situação corrente;

II - A banca examinadora deverá ser composta por três (03) membros titulares, incluindo o tutor/orientador como presidente da mesma;

III - A decisão da banca examinadora será tomada pela maioria de seus membros, podendo o resultado da defesa ser: Aprovado; Aprovado com ressalvas/ necessidade de correções do trabalho com prazo de 30 (trinta) dias para plena aprovação do residente; ou Reprovado.

CAPÍTULO IX - DOS CRITÉRIOS DE TRANSFERÊNCIA DO RESIDENTE ENTRE PROGRAMAS

Art. 72 A transferência do residente de um Programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde para outro da mesma área de concentração e em área profissional, prevista no PPP do curso, deverá ser formalizada e justificada à Coordenação do Programa, que a encaminhará à COREMU/SEMS e somente será possível com aprovação das Comissões de Residências Multiprofissionais, de origem e de destino, e da CNRMS.

Art. 73 O residente deverá permanecer nas atividades habituais do Programa até que seja comunicado oficialmente sobre a decisão em relação à transferência.

Art. 74 É vedada a transferência do residente entre Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde de diferentes áreas de concentração, inclusive na mesma instituição, conforme estabelece o disposto na Portaria Interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009.

Art. 75 Nos casos de perda de autorização de funcionamento ou fechamento voluntário de um programa de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde, os residentes deverão ser transferidos, desde que autorizados pela CNRMS, para Programas da mesma área de concentração desenvolvidos em outras Instituições.

Art. 76 Os residentes de Programas descredenciados serão realocados em vagas já autorizadas que se encontrem ociosas ou vagas autorizadas em caráter extraordinário para este fim, conforme determinação da CNRMS.

Art. 77 Conforme determinação do plenário da CNRMS, as Instituições autorizadas pela CNRMS serão consultadas e, quando couber, deverão receber os residentes transferidos.

Art. 78 A transferência deverá ocorrer observando-se a garantia de bolsa aos residentes, até o tempo inicialmente previsto para conclusão do Programa de Residência.

Art. 79 O certificado será expedido pela instituição de destino.

CAPÍTULO X - DOS CRITÉRIOS DE TRANCAMENTO, DESISTÊNCIA, DESLIGAMENTO OU ABANDONO

Art. 80 O trancamento de matrícula parcial ou total, exceto para o cumprimento de obrigações militares, poderá ser concedido, excepcionalmente, mediante aprovação da COREMU/SEMS e homologação pela CNRMS em saúde.

Art. 81 A COREMU/SEMS deliberará sobre o que considera como excepcionalidade para aceite de trancamento parcial ou total.

Art. 82 Durante o período de trancamento fica suspenso o pagamento de bolsa ao residente.

Art. 83 Em caso de desistência, desligamento ou abandono do programa pelo residente do primeiro ano, a vaga poderá ser preenchida até trinta (30) dias após o início do Programa, observando-se rigorosamente a classificação, devendo essa norma constar do edital de processo seletivo, observando o calendário acadêmico da SEMS.

Parágrafo Único: As ocorrências mencionadas no caput desse artigo deverão ser formalizadas por meio de ofício e encaminhado à Coordenação da COREMU/SEMS, que deverá enviar às devidas instâncias para cancelamento da bolsa, observando as orientações dos referidos segmentos institucionais.

Art. 84 A solicitação de desligamento de residentes é ato formal e de iniciativa do próprio residente, que deverá formalizá-la imediatamente à data de desistência do curso e justificá-la por escrito à Coordenação do Programa, que a encaminhará à COREMU/SEMS.

Art. 85 Caso identificado abandono do Programa pelo residente sem a devida formalização de pedido de desligamento, comprovada por declaração assinada por preceptor e/ou chefia imediata, ou mediante ausência de registro do ponto por 03 (três) dias consecutivos ou 15 intercalados, a COREMU/SEMS será comunicada e o residente será desligado do Programa.

RESOLUÇÕES

Parágrafo Único: A não formalização do desligamento pelo residente poderá acarretar em ressarcimento à União dos valores pagos como bolsa.

Art. 86 A COREMU/SEMS deverá comunicar à CNRMS, e ao órgão financiador para cancelamento da bolsa e outras providências.

Art. 87 A regulamentação de licenças, trancamentos de vagas e outras ocorrências de afastamentos dos Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde deverão, obrigatoriamente, constar no Regimento Interno da Comissão de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional da Instituição formadora.

CAPÍTULO XI - FÉRIAS E AFASTAMENTOS

Art. 88 O residente fará jus a um dia de folga semanal e a 30 (trinta) dias consecutivos ou dois períodos não consecutivos de 15 (quinze) dias de descanso, a cada ano do programa, preferencialmente, nos meses de julho, dezembro ou janeiro, de acordo com cada Programa.

I – A programação da escala de férias do residente deverá ser planejada e pactuada entre preceptores, residentes e gestão local, e aprovada pela Coordenação do Programa.

Art. 89 À residente gestante ou adotante será assegurada a licença-maternidade ou licença adoção de até cento e vinte dias.

Art. 90 A instituição responsável por Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde poderá prorrogar, nos termos da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, quando requerido pela residente, o período de licença maternidade em até sessenta dias.

Art. 91 Fica assegurado ao residente o direito a afastamento, sem reposição, nas seguintes hipóteses e prazos, que se iniciam no mesmo dia do evento:

I - Cinco dias consecutivos por motivo de casamento;

II - Oito dias consecutivos por ocasião do falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta, padrasto, avó, avô, sogra, sogro, irmão, filho, enteado e menor sob sua guarda ou tutela;

Art. 92 Fica assegurado ao residente o direito a afastamento, com necessidade de reposição, nas seguintes hipóteses e prazos, que se iniciam no mesmo dia do evento:

I - Licença médica;

II - Nascimento de filhos ou adoção - licença maternidade;

III - Cinco dias por ocasião do nascimento ou adoção de filho, para residentes do sexo masculino, para auxiliar a mãe, ou outra parceria, de seu filho recém-nascido ou adotado, mediante apresentação de certidão de nascimento ou do termo de adoção da criança.

IV - Eventos científicos;

V - Serviço Militar.

Parágrafo único. O residente vinculado ao Programa de Residência Multiprofissional e/ou Uniprofissional da SEMS terá direito à licença médica por motivo de doença, totalizando 6 meses e 1 dia, com carga horária a ser repostada integralmente. Em caso de submissão de licença maior que a acima exposta, fica o residente considerado como jubilado do Programa, tendo em vista o prejuízo pedagógico, sem possibilidade de reposição.

Art. 93 O residente terá direito de até dois afastamentos por ano para participar de Congressos Científicos, mediante a inscrição e aprovação de trabalho científico, desde que não cause prejuízo às suas atividades no Programa nem ao funcionamento adequado no serviço ao qual esteja vinculado, sendo previamente acordado com o preceptor e autorizado pela Coordenação do Programa.

§ 1º Os eventos técnicos científicos deverão ser ligados à área de concentração do residente.

§ 2º O Resumo deverá conter o residente como primeiro autor e incluir preceptores e tutor.

§ 3º O residente deverá apresentar o comprovante de participação e relatório do evento.

§ 4º A carga horária perdida deverá ser repostada pelo residente nos dias correspondentes ao evento, durante ou ao término da residência, sem remuneração adicional, de acordo com cada Programa.

Art. 94 Caberá aos Programas de Residências Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde estabelecer normas para a frequência anual de participação dos residentes em eventos científicos.

Art. 95 Durante o período de licença maternidade, a residente terá direito ao salário maternidade, de acordo com a modalidade de bolsa a qual a residente está vinculada.

Art. 96 O Residente que se afastar do Programa por motivo devidamente justificado deverá completar a carga horária prevista, repondo as atividades perdidas em razão do afastamento, garantindo a aquisição das competências estabelecidas pelo Programa conforme estabelece a Resolução nº 3 de 17/02/2011/ CNRMS.

Art. 97 O residente que se afastar do Programa em decorrência da prestação de serviço militar deverá apresentar documento comprobatório da prestação deste junto a COREMU/ SEMS e solicitar a prorrogação do prazo.

Parágrafo Único: Ao residente será assegurado a manutenção da vaga ao final da prestação do serviço militar e o pagamento da bolsa de estudo, no retorno ao Programa.

CAPÍTULO XII - DA CERTIFICAÇÃO

Art. 98 Ao término da Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde, a COREMU/SEMS, mediante lista de aprovação de cada um dos Programas, conferirá o certificado de conclusão da Especialização na modalidade de Residência.

Art. 99 São condições para expedição do Certificado:

I - Histórico Escolar do concluinte e documentação aprovada pela Coordenação do Programa;

II - Comprovação de entrega à COREMU/SEMS, de 1 (um) exemplar do TCR, na versão eletrônica.

CAPÍTULO XV - DO RECEBIMENTO DE RESIDENTES VISITANTES

Art. 100 Entende-se como residentes visitantes aqueles que realizam, por período previamente determinado, estágio optativo junto a um dos Programas de Residência Multiprofissional ou Uniprofissional em Área Profissional da Saúde da SEMS. O Estágio Optativo é uma atividade educacional facultativa aos residentes do segundo ano, tendo por objetivo possibilitar a vivência em ambientes considerados importantes para a aprendizagem, podendo ser no âmbito nacional ou não.

Art. 101 A duração do estágio optativo será de no mínimo 15 e no máximo 30 dias corridos, exceto situações sob apreciação da COREMU/SEMS.

RESOLUÇÕES

Art. 102 O residente ficará vinculado à SEMS pelo Programa de Residência e poderá utilizar a infraestrutura já existente. As despesas referentes a transporte, hospedagem e alimentação serão de inteira responsabilidade do residente, podendo a COREMU/SEMS ou Instituição, que tenha disponibilidade orçamentária, contribuir para tal fim.

Art. 103 O residente visitante deverá se comprometer e adequar-se às normas, condutas e rotinas do serviço.

Art. 104 O candidato ao estágio deverá entrar em contato via e-mail com a Coordenação do Programa, indicando sua área de interesse e período pretendido.

Art. 105 A solicitação será encaminhada ao preceptor responsável pela área pretendida para que seja avaliada a possibilidade de realização do estágio.

Art. 106 A solicitação deverá ser formalizada com antecedência mínima de 30 dias antes do início do estágio, instruindo o processo com a seguinte documentação:

- I - Pedido oficial de estágio, com recomendações do residente e informações da Instituição, emitida pela Coordenação da Residência;
- II - Preenchimento da Ficha de Cadastro junto a Gerência de Educação em Saúde (NES);
- III - Cópia da apólice de seguro contra acidentes pessoais e de saúde dos residentes da Instituição solicitante, abrangente no local do estágio. Caso a Instituição de origem não forneça o seguro, será responsabilidade do residente providenciar um seguro particular de vida;
- IV - Plano de atividades elaborado em conjunto com o serviço;
- V - Especificação do período de estágio e a carga-horária semanal;
- VI - Fichas de frequência e de avaliação final utilizadas na Instituição solicitante.
- VII - Ao final do estágio o residente deverá entregar ao preceptor um relatório escrito para avaliação da experiência do estágio.

Art. 107 A instituição concedente emitirá documentação comprobatória do estágio realizado.

Art. 108 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOURADOS-MS, 15 DE SETEMBRO DE 2022.
WALDNO PEREIRA DE LUCENA JUNIOR
 Secretário Municipal de Saúde

OUTROS ATOS

ATA - COREMU / SEMS**Ata de constituição da COREMU/SEMS de 13 de setembro de 2022**

Em reunião realizada em 13 de setembro de 2022, para constituição da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde no município de Dourados, estavam presentes: Waldno Pereira de Lucena Junior - Secretário Municipal de Saúde, Maria Piva Fujino – Departamento de Gestão Estratégica, Sílvia Regina Bosso – Departamento de Vigilância em Saúde, Marcio Grei Alves Vidal de Figueiredo – Secretário Municipal de Saúde – Adjunto, Josiane França Peralta Dan – Gerente do Núcleo de Educação em Saúde, Lorraine Aparecida Pinto – Gerente do Núcleo de Promoção à Saúde, Marcia Cristina Pereira da Silva – Gerente do Núcleo de Planejamento, Marcia Adriana Fokura – Gerente de Núcleo da Atenção Primária à Saúde, Sandra Regina Imada Akimura – Apoio Técnico do Núcleo de Educação em Saúde, Sandro Menezes Avalos, Humberto Candêo Fontanini, Kátia Gianlupi Lopes, Eliane Barbosa Togoe, Isabela Rocha Izidoro, Urias Saturnino, Elizandra de Queiroz Venâncio, Claudia Janayna Carollo, Pamela Luiza Araújo Gomes, Gislaíne Alexandra Lescano, Fábio Domingues, Elenita Sureke Abílio, Mariana Faria Gonçalves, Cintia de Souza Neto e Sandra de Souza Rodrigues – coordenadora do programa de residência multiprofissional. Foi realizada a abertura da reunião às 12h e 10 minutos, a fim de contemplar quórum para as discussões, a pauta referiu-se a constituição da COREMU municipal. A reunião inicia com Waldno Pereira de Lucena Júnior sinalizando sobre a importância das residências em saúde para o município de Dourados-MS, afirmando que a formação no e para o SUS estabelece uma qualificação da assistência aos nossos municípios e acima de tudo formam-se profissionais capacitados e habilidades para o desafio de inovação tecnológica em saúde. A coordenadora Sandra de Souza Rodrigues agradece aos membros por participar do processo de qualificação de profissionais no SUS através da realidade de vivência em nosso território. Acrescenta ainda que o projeto de residência multiprofissional era um sonho que agora se torna realidade. Waldno Pereira de Lucena Júnior indicou para compor os membros da COREMU: Coordenação da COREMU: Elenita Sureke Abílio (titular) e Lorraine Aparecida Pinto (suplente); Gerência do Núcleo de Educação em Saúde Josiane França Peralta Dan (titular) e Gislaíne Alexandra Lescano (suplente), Coordenação Técnica de Planejamento: Márcia Cristina Pereira da Silva (titular) e Urias Saturnino (suplente); Coordenação das Redes de Atenção à Saúde: Mariana Faria Gonçalves (titular) e Cintia de Souza Neto (suplente) Coordenação da Residência: Sandra de Souza Rodrigues (titular) e Sandra Regina Imada Akimura (suplente), e foi eleito entre os pares: representante da enfermagem – Sandro Menezes Avalos; representante de odontologia – Humberto Candêo Fontanini; Representante da nutrição – Kátia Gianlupi Lopes; representante da fisioterapia – Eliane Barbosa Togoe; representante da psicologia – Isabela Rocha Izidoro; representantes dos preceptores do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família: Elizandra de Queiroz Venâncio (titular) e Claudia Janayna Carollo (suplente); representantes dos tutores do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família: Pamela Luiza Araújo Gomes (titular) e Fábio Domingues (suplente). No que se refere aos profissionais habilitados para exercer a função de tutores, temos: na odontologia, Fábio Domingues com Titulação de Doutorando, a Fisioterapeuta Eliane Barbosa Togoe com titulação de Doutorado, Karimi Sater Gebara, Farmacêutica, com Doutorado, Flavia Patussi Correia Sacchi, Farmacêutica, com Doutorado e Vanessa Menegatti Marcondes, Biomédica com Doutorado. Na Titulação de Mestres temos: na área da enfermagem, Bruna Laís Aucara de Moraes, Cláudia Janayna Carollo, Pamela Luiza Araújo Gomes, Sandra de Souza Rodrigues e Mariana Faria. Na Educação Física, Claudia Olsen Matos Pereira. Na Psicologia: Cintia de Souza Neto, Elenita Sureke Abílio, Isabela Rocha Izidoro. Na Odontologia: Elizandra de Queiroz Venâncio, Diego Rodrigo Paulillo Bazan, Francielly Cleciane Barba, Humberto Luiz Candêo Fontanini, Sandra Regina Imada Akimura e Patrícia Elisa Moreira Rodrigues. Na Nutrição: Kátia Gianlupi Lopes, Lorraine Aparecida Brito e Tailci Cristina da Silva. Na Fisioterapia: Fabiana Lopes Coelho Garcia. Waldno de Lucena discorre que os profissionais elencados acima comprometer-se-ão com a Proposta de Projeto Político Pedagógico da construção da I Residência Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde, tendo como cenário a Estratégia de Saúde da Família. Neste contexto, há uma preocupação em relação à atuação Multiprofissional em Saúde da Família; na Rede de Atenção Primária do município, temos uma história de formação no SUS e para o SUS desde a década de 70. O município tem participado sempre que possível dos projetos de formação e educação permanente em saúde disponibilizada pelo Ministério da Saúde, como Pet-Saúde e Telessaúde, dentre outros. Por ser uma cidade universitária, Dourados sempre esteve aberto para realizar parcerias com as instituições de ensino constituídas em nosso território e região. Assim, buscou-se a ampliação e qualificação dos processos de formação partindo do princípio do olhar do serviço desenvolvendo parcerias que possibilitem melhoria do serviço, da assistência e do ensino. Desde meados de 2010, num processo de interlocução e debate com a participação dos trabalhadores da saúde, professores, estudantes e representação do Conselho Municipal de Saúde, todas as unidades de saúde do município foram consideradas espaços privilegiados de educação e potenciais campos de estágio para o processo de formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde. Atualmente, como a vontade política do gestor municipal e seus pares, de efetivar uma trajetória de um grupo de trabalho para a implantação de um Programa de Residência Multi em Saúde da Família. No contexto de implantação da I Residência Multiprofissional municipal iremos disponibilizar até três unidades para serem referência para este processo de formação como um projeto piloto em nível municipal. Tendo como objeto do projeto a ser apresentado um avanço no município e para o SUS, em relação a inovação e contribuição para a área formadora de recursos humanos para a saúde. Assim como o próprio processo de reorientação do modelo assistencial em saúde em andamento em Dourados e em todo o Brasil. Nosso objetivo será de formar os profissionais de saúde, por meio da educação no trabalho, para o desempenho de atividades no Sistema Único de Saúde, tendo por base o modelo assistencial proposto pela Estratégia Saúde da Família. A reunião foi encerrada às 13:08, com a assinatura dos participantes neste ato.